

# Fenen pede manutenção do decreto

No próximo dia 23, o presidente da Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Fenen), Roberto Dornas, pedirá ao ministro da Educação, Hugo Napoleão, a vigência do Decreto 95.720 por pelo menos seis meses. Dornas lembrará ao ministro que se o Governo revogar ou alterar este dispositivo legal, que estabeleceu o regime de "liberdade vigiada" para a fixação dos novos preços das mensalidades escolares, estará agindo "apressadamente", pois ainda não houve tempo para avaliar sua aplicabilidade.

Dornas admite que o decreto tem a falha de ter sido aprovado depois do período de matrícula, surpreendendo os pais dos alunos. Ele garante, porém, que as associações de pais, sobretudo de Brasília, Pernambuco, Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo, são as entidades responsáveis "por um coro entoado de protesto, embora não sejam legítimas e não tenham surgido dentro das próprias escolas".

Para o presidente da Fenen, os aumentos abusivos não são generalizados, "mas apenas

eventuais". Ele assegura que a recomendação da entidade aos estabelecimentos de ensino é no sentido de não aplicar reajustes baseados na OTN, "por uma questão de bom-senso", admitindo que os salários dos pais

são corrigidos pela URP. Ainda de acordo com Dornas, até os custos das escolas com pagamento de pessoal são corrigidos acima das variações das mensalidades.

"Depois de 19 anos de tutela, com fixação de índices irrealistas de reajustamento, levando o ensino privado ao colapso, é muito cedo para uma avaliação correta dos efeitos do decreto", explica. Ele afirma que o decreto nem chegou a ser aplicado na sua totalidade. Por este motivo, defende a vigência até novo período de matrículas no próximo semestre.

O presidente da Fenen assegura que as mensalidades não estão caras, se comparadas a outros custos. Se o aluno paga Cz\$ 10 mil e 800 por mês, para assistir a 108 aulas, cada aula tem um valor de Cz\$ 100. E o preço equivalente a uma dúzia de ovos ou um ingresso para o cinema. Para Dornas, a defasagem dos valores das mensalidades referentes ao período de janeiro do ano passado a fevereiro último já chega a 182,29 por cento.



Roberto Dornas